

* continuação

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as

normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria

obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

São Paulo, 25 de fevereiro de 2016



PwC
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5



Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.

CNPJ/MF nº 02.415.408/0001-50

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas: É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da CCR ViaOeste, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhados do Relatório dos auditores independentes. **1.2. Apresentação:** A Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. ("CCR ViaOeste" ou "Companhia") foi constituída em 1998 e tem por objeto exclusivo a exploração do sistema Castello - Raposo, respectivamente acessos, execução, fiscalização e gestão dos serviços delegados, complementares e de apoio aos serviços não delegados e tudo mais que for objeto do contrato de concessão CR/003/1998, celebrado em 30 de março de 1998 entre a Companhia e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP ou Poder Concedente"), na qualidade de sucessora do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de São Paulo - DER/SP ("DER"), sendo vedada a prática de atos estranhos a essa finalidade. No mesmo ano, a concessão do Sistema Castello-Raposo foi outorgada, composta pelas Rodovias Presidente Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermirio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091/270), sendo que sua extensão no ano de 2007 passou de 161,78 quilômetros para 168,62 quilômetros administrados, com a incorporação dos Contornos dos trechos urbanizados de São Roque e Brigadeiro Tobias ("Sistema Castello-Raposo" e "Concessão", respectivamente). O prazo do Contrato de Concessão expira em dezembro de 2022. Atualmente, a empresa gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 16 municípios do entorno das rodovias sob sua administração. A Companhia é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. ("CCR"), a qual detém diretamente 100% do capital social da Companhia. **1.3. Destaques do ano de 2015:** Destaques financeiros: • Liquidação da 3ª Debênture Série Única de R\$ 150.000. • Captação de Empréstimo via Lei nº 4131 em outubro - R\$ 116.475. Prêmios e Reconhecimentos: • CCR ViaOeste conquista Prêmio Ouidorários Brasil 2015; • Rodovia Castello Branco conquista 5º lugar no ranking das melhores do país, segundo Pesquisa CNT. **1.4. Dividendos:** Foram distribuídos no ano de 2015, devidamente aprovados em AGE (Assembleia Geral Extraordinária): • 28 de abril de 2015 - R\$ 44.000 de dividendos intermediários relativos ao ano de 2015; • 28 de outubro de 2015 - R\$ 108.000 de distribuição complementar de dividendos intermediários; • 29 de dezembro de 2015 - R\$ 11.911 de Juros Sobre Capital Próprio.

2. Estratégia e gestão: 2.1. Governança corporativa: Conselho de administração: Nós somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por 6 (seis) membros efetivos, dentre os quais 1 (um) será eleito Presidente e 1 (um) Vice-Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por 2 (dois) membros, um Diretor Presidente que ocupa, também, o cargo de Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Operacional. De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por, no mínimo 6 (seis) e no máximo 8 (oito) membros efetivos. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Competirá à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração. Nossos Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, nossa Diretoria é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores e o outro Diretor Operacional, conforme Estatuto Social da Companhia. O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é o Sr. Eduardo Siqueira Moraes Camargo. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rodovia Presidente Castello Branco, km 24 - lado par (sentido capital), Conjunto Norte, Jardim Mutinga, Município Barueri, Estado São Paulo, CEP: 06463-400 e no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/viaoeste. O Sr. Eduardo Siqueira Moraes Camargo pode ser contatado no telefone (11) 2664-6006 ou pelo e-mail: cvm.viaoeste@grupoccr.com.br. Outras informações da Companhia podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM. **2.2. Gestão de pessoas:** A CCR ViaOeste acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Em 2015, foram investidos R\$ 329 em programas de capacitação de 817 pessoas.

3. Desempenho econômico e financeiro: 3.1. Mercado: A CCR ViaOeste é responsável pela ligação da capital paulista à região oeste paulista, um dos mais ricos e ativos pólos econômicos do país, e pela conexão entre os principais municípios do Estado de São Paulo, desempenhando papel fundamental no transporte de cargas em geral e no transporte dos usuários residentes dessa região.

3.2. Desempenho CCR ViaOeste

Em R\$ mil	2015	2014	Varição %
Receita líquida	981.293	930.196	5,49%
(-) Custos e despesas (a)	440.577	427.903	2,96%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	76.588	70.876	8,06%
Demais custos e despesas	363.989	357.027	1,95%
EBIT (b)	540.716	502.293	7,65%
Margem EBIT	55,10%	54,00%	1,1 p.p.
Margem EBIT ajustada (c)	59,77%	58,45%	1,3 p.p.
(+) Depreciação/amortização	113.575	102.018	11,33%
EBITDA (b)	654.291	604.311	8,27%
Margem EBITDA	66,68%	64,97%	1,7 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	15.163	21.765	-30,33%
(+) Despesas antecipadas ao resultado (e)	3.297	3.297	0,0 p.p.
EBITDA ajustado	672.751	629.373	6,89%

Em R\$ mil

	2015	2014	Varição %
Margem EBITDA ajustada (f)	74,36%	73,24%	1,1 p.p.
Lucro líquido	299.452	285.047	5,05%
Dívida bruta	749.576	914.155	-18,00%
Investimentos	88.098	82.592	6,67%
Veículos equivalentes (em milhares)	126.975	127.492	-0,41%

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais. (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12. (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais. (d) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Principais práticas contábeis (item "I") e 18 - Provisão de manutenção. (e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. (f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais. **Receita operacional consolidada:** A receita bruta de pedágio em 2015 totalizou R\$ 976.773 (+ 5,3% sobre 2014) e representou 98,63% do total da receita (sem receita de construção). O incremento das receitas de pedágio é consequência da correção da tarifa média, que apresentou crescimento de 5,27%, já que o tráfego, medido em termos de veículos equivalentes, teve decréscimo de 0,4% em relação a 2014. **Custos e despesas:** Os custos e despesas apresentaram um aumento de 2,96% em relação a 2014, perfazendo R\$ 440.577 no ano de 2015. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo: • Os custos de construção atingiram R\$ 76.588. O aumento de 8,06% decorreu, principalmente, do maior investimento em melhorias (upgrade) realizados, que acompanham o Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. • A provisão de manutenção atingiu R\$ 15.163 e apresentou diminuição de 30,33% em 2015, em relação ao ano de 2014. Durante o exercício de 2015, foram realizadas revisões das estimativas dos custos da provisão de manutenção envolvendo, entre outros, a análise da periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com os contratos de concessão, a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente. • As despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 113.575 no ano de 2015. O crescimento de 11,33% decorre dos investimentos adicionais que entraram em operação, descrito na seção de investimentos, bem como do incremento previsto do tráfego no período. • O custo da outorga (que inclui a apropriação de despesas antecipadas) atingiu R\$ 57.106. A variação positiva 3% deve-se ao aumento da receita bruta. • O custo de serviços totalizou R\$ 89.572, no ano de 2015. Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial da rodovia, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. • O custo com pessoal atingiu R\$ 55.082 no ano de 2015, registrando aumento de 5,86%. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao dissídio ocorrido em 2015. • Os outros custos (serviços públicos, alugueis, marketing, viagens, e outros) atingiram R\$ 33.491 no ano de 2015. **Resultado financeiro:** No ano de 2015, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 97.355, comparado a um resultado negativo de R\$ 80.988 em 2014. Houve aumento das receitas financeiras explicado, principalmente, pelo maior saldo de caixa, com consequente aumento do rendimento de aplicações financeiras. Compensando esse efeito houve aumento nos juros e variações monetárias decorrentes do financiamento ocorrido em Outubro de 2014. **Lucro líquido:** Em 2015, o lucro líquido atingiu R\$ 299.452, apresentando um aumento de 5,05% em relação a 2014. O aumento decorreu, principalmente, do melhor desempenho operacional. **Dívida:** Em 2015, a dívida bruta consolidada alcançou R\$ 749.576 em comparação a R\$ 914.155 em 2014. **Investimentos:** No acumulado do ano de 2015, os investimentos somaram R\$ 88.098. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população litorânea e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos realizados em 2015, destacam-se: Rodovia Raposo Tavares (SP 270) - Prolongamento do Contorno de São Roque que visa segregar o tráfego urbano do tráfego rodoviário de longa distância, Duplicação dos km 63 ao 67. Ampliação do Trevo do km 74 e implantação de Interseção em nível no km 58. Na Rodovia Presidente Castello Branco (SP 280), dentre as principais obras realizadas em 2015 destacam-se a recuperação na Marginal km 23+020 a 25+700 pista leste e pista oeste, além do Sistema de Drenagem Trevo Tamboré. **Dividendos:** A Administração da CCR ViaOeste propõe a distribuição de dividendos adicional proposto aos seus acionistas referentes ao exercício de 2015 totalizando R\$ 127.681, montante a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária de 2016 (AGO). **Juros sobre capital próprio:** No dia 29 de dezembro de 2015, os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária o destaque de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 11.911, que serão pagos até 31 de dezembro de 2016, conforme vier a ser deliberado oportunamente.

4. Sustentabilidade: Consciente da importância que a prestação de contas e a transparência têm para a reputação e a prosperidade do negócio, o Grupo CCR vem, desde sua estruturação em 1998, adotando boas práticas de governança, que asseguram a geração de valor para toda a sociedade. O Grupo CCR adota princípios como transparência e equidade, sendo considerado uma referência no mercado. Dentre os comitês de gestão que integram o Conselho de Administração da CCR, o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e estratégia de crescimento da Companhia. A estratégia do Grupo CCR em 2015 está voltada para a consolidação dos negócios conquistados, principalmente dos novos ativos integrados ao portfólio nos últimos dois anos, e na construção das melhorias necessárias para aprimorar o atendimento e aumentar a satisfação dos usuários, voltada sempre para o cumprimento das obrigações assumidas e a melhoria contínua dos processos em busca do aumento da eficiência e da redução dos custos. A responsabilidade corporativa do Grupo CCR está expressa nas suas práticas de governança corporativa em diversas iniciativas e compromissos voluntários, tais como Pacto Global, Carbon Disclosure

Project (GDP), Índice de Carbono Eficiente da BM&FBovespa (ICO2), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC) e GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas), além da parceria com a Childhood, contra o abuso e exploração sexual infantil. Em 2015, o Grupo CCR foi reconhecido, pelo terceiro ano consecutivo, pelo Guia EXAME de Sustentabilidade como a empresa modelo do setor de infraestrutura. Seguindo tendência mundial, pelo terceiro ano, o Grupo elabora, seu Relatório Anual e de Sustentabilidade baseado nas diretrizes do IIRC - International Integrated Reporting Council, o qual tem por objetivo comunicar de forma concisa e estratégica, a governança, a performance e as perspectivas de uma organização, levando em consideração o contexto externo e a criação de valor no curto, médio e longo prazos. O Grupo CCR trabalha suas estratégias de negócio por meio de um processo de gestão integrada, buscando gerar valor nos seguintes capitais: • Capital financeiro • Capital social e de desenvolvimento • Capital humano • Capital manufaturado • Capital natural • Capital intelectual. **4.1. Desempenho social: 4.1.1. Capital social e de relacionamento - stakeholders:** No que diz respeito ao capital social, a ViaOeste desenvolve e apoia diversos projetos junto a seus públicos de relacionamento. Em 2015, a Companhia apoiou 17 ações culturais, sociais ou esportivas que beneficiaram 103 mil pessoas em 17 municípios litorâneos ao Sistema Castello-Raposo. Como exemplo de projetos realizados no ano de 2015 temos: **Programa estrada para a cidadania:** Desenvolvido nos municípios de Alumínio, Araçariquama, Araçoiaba da Serra, Barueri, Cotia, Carapicuíba, Embu das Artes, Itu, Itapevi, Jandira, Mairinque, Osasco, Santana de Parnaíba, São Roque, Sorocaba, Votorantim, Vargem Grande Paulista, o programa atendeu no último ano mais de 67.751 mil alunos de 4º e 5º ano, além de cerca de 2.125 professores do ensino fundamental das escolas municipais. Tem como objetivo conscientizar para o respeito à vida, a preservação do meio ambiente e formar pedestres e futuros motoristas mais conscientes de suas responsabilidades. Por meio das atividades realizadas dentro e fora da sala de aulas, os alunos são estimulados a transmitir os valores aprendidos à família e à comunidade. **Programa estrada para a saúde:** Atenta às dificuldades do caminhoneiro para cuidar da saúde e aos riscos de acidentes decorrentes de problemas como o sono e a automedicação, a CCR ViaOeste realiza o Programa Estrada para a Saúde que oferece atendimentos gratuitos, onde o caminhoneiro pode fazer exames de glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; cuidar da saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), além de usufruir de outros serviços como corte de cabelo e massagem bioenergética. Em 2015, o projeto atendeu mais de 5.219 mil caminhoneiros. Conheça mais sobre os projetos socioambientais da CCR ViaOeste e das demais unidades do Grupo CCR no endereço eletrônico www.institutoccr.com.br. **4.1.2. Capital humano e intelectual:** A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2015, ocorreram diversos treinamentos destacando-se: Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL), Programa de Trainee, SuperInteração/Gestão Participativa (disseminação aos colaboradores das metas pactuadas para o ano e resultados do ano anterior), Programa de Formação de Novos Líderes (capacitação de colaboradores recém promovidos aos cargos de liderança), Reciclagem de rotinas administrativas para líderes, Programa Aprimorando e Programa de Integridade e Conformidade. **4.2. Desempenho ambiental: 4.2.1. Capital natural:** A CCR ViaOeste possui um programa estruturado com metas, recursos e responsáveis definidos para a gestão de recursos ambientais. Este programa tem foco a melhoria contínua, baseada em abordagens preventivas de gestão ambiental, visando o uso ou consumo sustentável de recursos naturais renováveis no longo prazo. No ano de 2015 a CCR ViaOeste implantou o SGI - Sistema de Gestão Integrado, integrando as ações de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional, conquistando as certificações ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001. No que concerne a emissão de Gases do Efeito Estufa, em 2015 a CCR ViaOeste atingiu suas metas e reduziu suas emissões absolutas e relativas diretas. Durante 2015 houve uma redução de 23,66% do consumo de água em comparação ao ano de 2014. Entre as ações realizadas estão a implantação de mais 3 sistemas de captação de água de chuva em bases operacionais. **4.2.2. Capital manufaturado:** A geração de capital manufaturado se dá por meio de melhorias na infraestrutura da Companhia, aumentando a funcionalidade e eficiência de edificações, pavimentos e equipamentos. No trecho da Rodovia Raposo Tavares entre os km 92 e 115 pistas leste e oeste foi utilizado o asfalto morno, que permite a produção de misturas asfálticas com redução de temperaturas em até 40°C. Esse processo inovador desenvolvido no Centro de Pesquisas Rodoviárias (CPR) gera benefícios ambientais, como a redução das emissões de poluentes, do consumo de combustíveis, construtivos e melhora as condições de trabalho durante o processo de pavimentação, gerando também Capital Intelectual, Natural e Humano respectivamente. Nas marginais da Rodovia Castello Branco, através do equipamento cepilhamento que se trata de uma espécie de lixamento, conseguiu-se reduzir os níveis de irregularidades no pavimento de concreto, deixando as faixas de rolamento com maior conforto e segurança ao usuário, sem necessidade de demolição de placas para tal correção. **5. Considerações finais: 5.1. Agradecimentos:** Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da CCR ViaOeste. **5.2. Auditores independentes:** Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. **5.3. Declaração da diretoria:** Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Barueri, 22 de fevereiro de 2016.

A Administração.

continua

continuação

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)

bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável. As medidas de compensação e eventual reequilíbrio da diferença não foram ainda equacionadas junto às Concessionárias, pela ARTESP.

2. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia. **a) Moeda estrangeira:** • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. **b) Apuração do resultado:** Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **c) Receitas de serviços:** As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização das rodovias pelos usuários. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 - Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **d) Instrumentos financeiros:** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. • Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. • Instrumentos financeiros derivativos: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício. • Contabilidade de hedge (*hedge accounting*): A Companhia designa certos instrumentos de hedge relacionados a um risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa. No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A nota explicativa nº 21 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*. **Hedge de valor justo:** *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data. A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado. • Capital social - ações ordinárias e preferenciais: Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis a emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de qualquer efeitos tributários. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. **f) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **g) Ativo imobilizado:** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **h) Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desen-

volvimento de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada. • Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios: Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item "r". **i) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*):** • Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **k) Provisão de manutenção - contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento. **l) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **m) Capitalização dos custos dos empréstimos:** Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção. **n) Benefícios a empregados:** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **o) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos dife-

ridos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração. **p) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. **q) Direito da concessão:** Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 24) com base nos termos contratuais, sob o entendimento dos contratos de concessão destas investidas serem contratos executórios. A Administração da Companhia avalia que estes contratos de concessão podem ser encerrados sem custos relevantes que não sejam indenizados. **r) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretativa Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretativa, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **s) Demonstração de valor adicionado:** Foi elaborada demonstração do valor adicionado (DVA), nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, na qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras. **t) Novos pronunciamentos e interpretações:** Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2015 pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação torne-se obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(a)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de <i>hedge</i> .	(b)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(b)
(a) Aplicação em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2016; (b) Aplicação em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2018;		
3. Apresentação das demonstrações financeiras: Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências, a qual foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2015. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada desta lei em 2014. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aplicadas de maneira consistente. Em 22 de fevereiro de 2016, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado. • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas Demonstrações foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:		
Nota		
Classificação de obras de melhorias incorporadas ao		
2 ativo intangível - ICPC 01 (R1)		
7 Provisão para devedores duvidosos		
8b Impostos diferidos		
11 Depreciação do ativo imobilizado		
12 Amortização dos ativos intangíveis		
16 Provisão para riscos		
17 Provisão de manutenção		
21 Instrumentos financeiros		
4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo.		

continua

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAESTE S.A. (Companhia Aberta)						
<i>continuação</i>						
<p>• Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e de divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuro projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidos de fontes públicas (BM&Bovespa e Bloomberg). • Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de <i>swaps</i> de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos de taxas de juros. <i>Operações de swap de juros e/ou de moeda</i>: Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&Bovespa e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.</p> <p>5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. a) Risco de crédito: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos, que potencialmente sujeitam as Companhias à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de <i>rating</i>. b) Risco de taxas de juros e inflação: Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos financiamentos em reais; (2) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (3) IGP-M relativo ao ônus da concessão (4) IPCA ou IGP-M relativo à tarifa básica de pedágio. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13, 14, 22 e 24. c) Risco de taxa de câmbio: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas e controladas em conjunto no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de <i>hedge</i> para mitigar esses riscos. d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (<i>covenants</i>) previstos em contratos de financiamentos e debêntures. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidos nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento.</p>						
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 4 anos			
Financiamentos e Arrendamentos mercantis	3.838	111.348	-			
Debêntures (a)	306.218	175.229	154.431			
(a) Valores brutos do custo de transação.						
Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 327.190, substancialmente composto por financiamentos e debêntures a pagar, conforme mencionado na nota explicativa nº 13 e 14. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.						
6. Caixa e equivalentes de caixa						
	2015	2014				
Caixa e bancos	2.524	2.483				
Aplicações financeiras						
Fundos de investimentos	56.637	90.596				
	59.161	93.079				
As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,46% do CDI, equivalente a 13,10% ao ano (10,73% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2014).						
7. Contas a receber						
	2015	2014				
Circulante						
Pedágio eletrônico - outros (a)	4.910	2.134				
Receitas acessórias (b)	617	655				
	5.527	2.789				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(111)	(109)				
	5.416	2.680				
Idade de vencimento dos títulos						
	2015	2014				
Créditos a vencer	5.317	2.559				
Créditos vencidos até 60 dias	84	105				
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	15	16				
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	44	24				
Créditos vencidos há mais de 180 dias	67	85				
	5.527	2.789				
(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; (c) A provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.						
8. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:						
	2015	2014				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	443.361	421.305				
Alíquota nominal	34%	34%				
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(150.743)	(143.244)				
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes						
Despesas com brindes e associações de classe	(195)	(276)				
Despesas indedutíveis	(1.144)	(2.126)				
Incentivo relativo ao imposto de renda	4.378	4.533				
Juros sobre capital próprio	4.050	3.526				
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(191)	(106)				
Outros ajustes tributários	(64)	1.435				
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(143.909)	(136.258)				
Impostos correntes	(148.865)	(144.907)				
Impostos diferidos	4.956	8.649				
	(143.909)	(136.258)				
	32,46%	32,34%				
Alíquota efetiva de impostos						
b. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:						
	2015	2014				
Bases ativas						
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	63.369	65.647				
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.021	1.111				
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	759	1.403				
Custo de transação na emissão de títulos	218	232				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	38	37				
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos	9.668	-				
Perdas em operações com derivativos	1.396	-				
Outros	2.770	2.309				
	79.239	70.739				
Bases passivas						
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(110.221)	(121.232)				
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos	(9.152)	(11)				
Ganho de operações com derivativos	(5.221)	-				
Outros	(2.135)	(1.942)				
	(126.729)	(123.185)				
	(47.490)	(52.446)				
Passivo fiscal diferido líquido						
(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da Lei 12.973/14 (fim do RTT).						
9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão						
	Início da concessão (1)	2015	2014			
Circulante	3.297	3.297				
	Início da concessão (1)	2015	2014	Extensão do prazo da concessão (2)	Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Não Circulante	19.782	23.079	142.569	120.159	162.351	143.238
(1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão, foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão. (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão da concessão.						
10. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2015 e 2014, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e coligadas podem ser assim demonstradas:						
	Transações		Saldos			
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Ativo Contas a receber	Passivo AFAC	Mútuos Fornecedores
Controladora						
CCR S.A. (a) (b)	(127)	12.185	-	1	1.724	953
Coligadas						
CGMP (c)	318	-	-	55.204	-	-
CPC (d)	-	15.316	-	-	-	1.205
SPVias (e)	-	-	-	-	-	6
Rodoanel Oeste (e) (f)	-	-	5.337	18	40.594	23
Samm (g)	2.032	-	-	2.458	-	-
Serveng Civilsan (i)	-	-	-	-	-	1
Total circulante, 31 de dezembro de 2015				56.546	-	2.188
Total não circulante, 31 de dezembro de 2015						
Total, 31 de dezembro de 2015	2.223	27.501	5.337	1.135	1.724	39.622
Total, 31 de dezembro de 2014	4.039	27.208	871	53.569	1.724	40.492
Despesas com profissionais chave da Administração						
	2015	2014				
Remuneração (h):						
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.615	1.605				
Outros benefícios:						
Provisão de participação no resultado						
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	659	919				
Complemento de PPR pago no ano	103	1.206				
Previdência privada	85	78				
Seguro de vida	5	5				
	2.467	3.813				
Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração:						
	2015	2014				
Remuneração dos administradores	813	1.061				
(*) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social para melhor apresentação.						
Na AGO realizada em 16 de abril de 2015, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.900, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social. (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (b) Adiantamento para futuro aumento de capital; (c) Valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente; (d) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; (f) Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória - MP nº 651/14, remunerada à taxa de 105% do CDI. Os juros serão pagos semestralmente, em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será calculado o pagamento principal; (g) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após o recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M; (h) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas; e (i) Prestação de serviços por empreitada a preço global, com vigência de 03 de setembro de 2014 a 26 de janeiro de 2016.						
11. Ativo imobilizado						
Movimentação do custo						
	2014	2015				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final	
Móveis e utensílios	3.896	-	(18)	202	4.080	
Máquinas e equipamentos	33.944	19	(819)	2.110	35.254	
Veículos	12.295	-	(2.442)	984	10.837	
Instalações e edificações	2.130	4.722	-	-	6.852	
Equipamentos operacionais	67.227	-	(2.597)	9.287	73.917	
Imobilizado em andamento	10.201	10.526	-	(14.859)	5.868	
	129.693	15.267	(5.876)	(2.276)	136.808	
	2013	2014				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final	
Móveis e utensílios	3.615	517	(508)	272	3.896	
Máquinas e equipamentos	36.358	361	(8.118)	5.343	33.944	
Veículos	11.235	3	(3.475)	4.532	12.295	
Instalações e edificações	2.130	-	-	-	2.130	
Equipamentos operacionais	80.261	187	(15.520)	2.299	67.227	
Imobilizado em andamento	7.503	15.838	-	(13.140)	10.201	
	141.102	16.906	(27.621)	(694)	129.693	
(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.						
Movimentação da depreciação						
	Taxa média anual de depreciação %	2014	2015			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	11	(2.038)	(372)	14	-	(2.396)
Máquinas e equipamentos	13	(16.117)	(4.025)	779	390	(18.973)
Veículos	24	(4.734)	(2.476)	1.958	(7)	(5.259)
Instalações e edificações	6	(2.015)	(26)	-	-	(2.041)
Equipamentos operacionais	17	(39.889)	(8.771)	2.550	(388)	(46.498)
		(64.793)	(15.670)	5.301	(5)	(75.167)
	Taxa média anual de depreciação %	2013	2014			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	11	(2.080)	(361)	503	(100)	(2.038)
Máquinas e equipamentos	12	(20.675)	(3.528)	8.092	(6)	(16.117)
Veículos	20	(6.594)	(1.397)	3.257	-	(4.734)
Instalações e edificações	5	(1.986)	(29)	-	-	(2.015)
Equipamentos operacionais	16	(47.456)	(7.939)	15.503	3	(39.889)
		(78.791)	(13.254)	27.355	(103)	(64.793)
Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 789 em 2015 (R\$ 766 em 2014). A taxa média anual de capitalização no exercício de 2015 foi de 11,60% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 8,82% a.a. no exercício de 2014.						
12. Ativos intangíveis						
Movimentação do custo						
	2014	2015				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b)	1.319.161	84.127	-	(1)	1.403.287	
Direitos de uso de sistemas informatizados	10.092	-	(357)	2.277	12.012	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.557	-	-	-	1.557	
Direito da concessão - ágio (c)	251.709	-	-	-	251.709	
	1.582.519	84.127	(357)	2.276	1.668.565	
	2013	2014				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b)	1.247.077	72.023	-	61	1.319.161	
Direitos de uso de sistemas informatizados	9.664	-	-	428	10.092	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.352	-	-	205	1.557	
Direito da concessão - ágio (c)	251.709	-	-	-	251.709	
	1.509.802	72.023	-	694	1.582.519	
Movimentação da amortização						
	Taxa média anual de amortização %	2014	2015			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(451.359)	(81.171)	-	-	(532.530)
Direitos de uso de sistemas informatizados	21	(7.245)	(1.478)	343	5	(8.375)

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)												
Instrumentos financeiros por categoria												
	2015			2014			2015			2014		
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)		
Ativos												
Aplicações financeiras	56.637	-	-	90.596	-	-						
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	122	-	-	115	-	-						
Contas a receber	-	5.416	-	-	2.680	-						
Contas a receber - partes relacionadas	-	57.681	-	53.569	-	-						
Contas a receber com operações de derivativos	26.163	-	-	5.669	-	-						
Passivos												
Contas a pagar com operações de derivativos	(24.543)	-	-	(7.758)	-	-						
Debêntures e notas promissórias (a)	(162.797)	-	(471.593)	(149.491)	-	(764.344)						
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(185)	-	-	(320)						
Empréstimos em moeda estrangeira	(115.001)	-	-	-	-	-						
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(30.007)	-	-	(27.569)						
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(2.188)	-	-	(2.157)						
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(40.594)	-	-	(40.492)						
Partes relacionadas - AFAC	-	-	(1.724)	-	-	(1.724)						
Obrigações com o Poder Concedente	-	-	(1.281)	-	-	-						
	(219.419)	63.097	(547.572)	(60.869)	56.249	(836.606)						

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação

Valores de Referência (Nocional)				Valores brutos contratados e liquidados				Efeito Acumulado				Resultado					
Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Moeda Estrangeira		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Valores a receber/ (recebidos)		Valores a pagar/ (pagos)		Ganho/(Perda) em resultado	
				2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Posição ativa	BTG Pactual	27/10/2014	16/09/2019 (2) IPCA + 5,67% a.a.	-	-	75.000	75.000	81.799	75.371	(4.142)	-	9.512	2.781	(5.682)	(3.885)	792	(1.104)
Posição passiva			100% do CDI	-	-	-	-	(77.969)	(76.475)	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição ativa	Merrill Lynch	27/10/2014	16/09/2019 (2) IPCA + 5,67% a.a.	-	-	75.000	75.000	81.778	75.457	(4.141)	-	9.519	2.888	(5.674)	(3.873)	689	(985)
Posição passiva			99,90% do CDI USD + Libor 3	-	-	-	-	(77.933)	(76.442)	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição ativa	Merrill Lynch	26/10/2015	26/10/2017 (2) meses + 2,50% a.a.	30.000	-	117.144	-	116.411	-	-	-	7.132	-	(13.187)	-	(6.055)	-
Posição passiva			109,95% do CDI	-	-	-	-	(122.466)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2015								1.620	(2.089)	(8.283)	-	26.163	5.669	(24.543)	(7.758)	(4.574)	(2.089)

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente;
(2) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários, nos meses de março e setembro de cada ano, até o vencimento final.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

Riscos de juros	2015		2014	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
	2015	2014	2015	2014
	(4.574)	(2.089)		

Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade referentes aos juros e variações monetárias. Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes. **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:** Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Vencimentos até	Risco	Exposição em R\$ ⁽¹⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
4131 em USD	Maio de 2017	Aumento da cotação do USD	116.073	-	(29.018)	(58.036)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Setembro de 2017	Diminuição da cotação do USD	(116.178)	-	29.045	58.089
Total do efeito de perda				-	27	53

Moedas em 31/12/2015:

	3,90%	4,88%	5,86%
Dólar			

(1) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo e não estão deduzidos dos custos de transação.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2016 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽³⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2017	268.032	(41.100)	(51.439)	(61.803)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	204.247	(30.638)	(38.332)	(46.039)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Setembro de 2019	170.637	(28.492)	(33.244)	(37.995)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Setembro de 2019	(170.615)	28.352	33.069	37.785
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Setembro de 2019	155.936	(21.944)	(27.428)	(32.912)
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses	Outubro de 2017	116.073	(3.641)	(3.814)	(3.987)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	119.608	(18.641)	(23.336)	(28.045)
Swap USD x CDI (ponta ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses	Outubro de 2017	(116.178)	3.766	3.970	4.173
Total do efeito de perda				(112.338)	(140.554)	(168.823)

As taxas de juros consideradas foram:

	14,14%	17,68%	21,21%
CDI ⁽¹⁾			
IPC-A ⁽²⁾	10,67%	13,34%	16,01%

(1) A taxa apresentada acima refere-se a taxa de 31/12/2015 divulgada pela CETIP e serviu como base para o cálculo do cenário provável. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo. (2) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil. (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2015, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

22. Ônus sobre ativos e garantias prestadas a terceiros: A Companhia mantém conta poupança no montante de R\$ 122 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 115 em 31 de dezembro de 2014), para garantia de realização de compensação ambiental, conforme previsto no contrato de concessão.

Composição do Conselho de Administração			Composição da Diretoria			Contador				
Renato Alves Vale - Presidente do Conselho	Italo Roppa - Vice-Presidente	Antônio Linhares da Cunha - Conselheiro	Arthur Piotto Filho - Conselheiro	Leonardo Couto Vianna - Conselheiro	Marcus Rodrigo de Senna - Conselheiro	Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Presidente e de Relações com Investidores	Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura - Diretor	Hélio Aurélio da Silva	CRF 1SP129452/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. - Barueri - SP

Introdução: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. ("Companhia") em

31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado (DVA):* Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC nº 1 SP 276957/O-4